

Implicações das reformas educacionais atuais no trabalho e na saúde docente na rede de educação de Angra dos Reis

Claudio Fernandes da Costa
Rosilda Nascimento Benácchio

Claudio Fernandes da Costa

Universidade Federal Fluminense,
UFF, Niterói, RJ, Brasil

E-mail: claudiofernandesdacosta@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8311-7367>

Rosilda Nascimento Benácchio

Universidade Federal Fluminense,
UFF, Niterói, RJ, Brasil

E-mail: rosildabenacchio@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2809-1982>

Resumo

Este texto é um recorte de duas pesquisas complementares que investigam implicações das reformas educacionais sobre o trabalho e a saúde de docentes, sobretudo na rede pública da cidade de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro. A primeira investiga impactos de reformas educacionais sobre o trabalho docente, focalizando a flexibilização curricular e a gestão gerencialista. Sobre o impacto do gerencialismo, aborda, mais especificamente, as políticas de avaliações externas e a responsabilização do trabalho docente. A segunda pesquisa refere-se a uma Enquete aplicada e concluída em 2025, com um questionário sobre a relação entre o trabalho e a saúde docente, respondido, voluntariamente, por docentes majoritariamente de escolas públicas municipais, mas também estaduais e privadas em todo o estado do Rio de Janeiro. Neste texto, trabalhamos com um recorte de 72 questionários referentes à Angra dos Reis, nos quais encontramos fortes indícios desta relação na forma de mal-estar e adoecimento de docentes que, em suas respostas, indicam como causa o próprio trabalho. Privilegiamos o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, sobretudo as categorias totalidade e contradição e, mais especificamente, a alienação e o estranhamento. Os resultados combinados dessas pesquisas indicam a relação entre trabalho, mal-estar e adoecimento docente vinculada às reformas demandadas pela reestruturação da acumulação flexível do atual sistema capitalista.

Palavras-chave: Reformas educacionais. Trabalho docente. Saúde docente.

Recebido em: 26/10/2025

Aprovado em: 26/01/2026



<http://www.perspectiva.ufsc.br>
<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e109496>

Abstract

Implications of current educational “reforms” on teacher work and health in the Angra dos Reis education

This text is an excerpt from two complementary research studies that investigate the implications of educational reforms on the work and health of teachers, especially in the public school system of Angra dos Reis, Rio de Janeiro state. The first study investigates the impacts of educational reforms on teaching work, focusing on curricular flexibility and managerial management. Regarding the impact of managerialism, it specifically addresses external evaluation policies and the accountability of teachers' work. The second study refers to a survey conducted and completed in 2025, with a questionnaire on the relationship between work and teacher health, answered voluntarily by teachers mainly from municipal public schools, but also state and private schools throughout the state of Rio de Janeiro. In this text, we work with a selection of 72 questionnaires relating to Angra dos Reis, in which we found strong evidence of this relationship in the form of malaise and illness among teachers who, in their responses, indicate their work as the cause. We prioritize the theoretical and methodological framework of historical and dialectical materialism, especially the categories of totality and contradiction and, more specifically, alienation and estrangement. The combined results of these studies indicate a relationship between work, malaise, and teacher illness linked to the reforms demanded by the restructuring of flexible accumulation in the current capitalist system.

Keywords:

Educational reforms. Teacher work. Teacher health.

Resumen

Implicaciones de las actuales reformas educativas sobre el trabajo y la salud docente en la red educativa de Angra dos Reis

Este texto es un extracto de dos estudios complementarios que investigan las implicaciones de las reformas educativas en el trabajo y la salud del profesorado, especialmente en el sistema escolar público de la ciudad de Angra dos Reis, estado de Río de Janeiro. El primer estudio investiga los impactos de las reformas educativas en el trabajo docente, centrándose en la flexibilidad curricular y la gestión gerencial. En cuanto al impacto del gerencialismo, aborda específicamente las políticas de evaluación externa y la rendición de cuentas del trabajo docente. El segundo estudio se refiere a una encuesta realizada y completada en 2025, con un cuestionario sobre la relación entre el trabajo y la salud docente, respondido voluntariamente por docentes principalmente de escuelas públicas municipales, pero también de escuelas estatales y privadas de todo el estado de Río de Janeiro. En este texto, trabajamos con una selección de 72 cuestionarios relacionados con Angra dos Reis, en los que encontramos una fuerte evidencia de esta relación en forma de malestar y enfermedad entre el profesorado, quienes, en sus respuestas, señalan su trabajo como la causa. Privilegiamos el marco teórico-metodológico del materialismo histórico y dialéctico, especialmente las categorías de totalidad y contradicción y, más específicamente, alienación y extrañamiento. Los resultados combinados de estos estudios indican una relación entre trabajo, enfermedad y docencia vinculada a reformas que exigen la reestructuración de la acumulación flexible en el actual sistema capitalista.

Palabras clave:

Reformas educativas. Trabajo docente. Salud docente.

Introdução

Este texto tem como objetivo investigar as implicações das reformas¹ educacionais sobre o trabalho e a saúde de docentes na cidade de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro, a partir de duas pesquisas complementares, considerando que professoras e professores relatam, em uma dessas pesquisas, “mal-estar” e, inclusive, adoecimento, atribuídos ao próprio trabalho impactado por reformas educacionais gerencialistas.

Portanto, a escolha desse tema justifica-se pela relevância dos resultados de pesquisas que investigam o impacto das reformas educacionais neoliberais sobre o trabalho docente, após os anos 1990, e de pesquisas que buscam relações entre o trabalho e a saúde docente.

A questão de pesquisa a ser desenvolvida vincula-se, assim, aos impactos relacionados a mudanças substantivas propostas por essas reformas que, junto a políticas de gestão gerencialista, tendem a subsumir o trabalho docente aos interesses capitalistas e neoliberais, produzindo alienação/estranhamento, mal-estar e, inclusive, adoecimento, conceitos que desenvolvemos mais adiante em parte específica do texto.

Concordamos com a análise de Leher segundo a qual o novo gerencialismo “revela-se como um agir baseado na (aparência de) emancipação subjetiva [...], conformando escolas e sistemas educacionais “flexíveis”. [...] o critério “de excelência” da gestão é o empreendedorismo necessário para atingir metas de desempenho [...]” Nesse contexto, “as escolas são refuncionalizadas: os conhecimentos cedem lugar às competências; [...] a vontade coletiva nacional-popular é descaracterizada pelos projetos de vida individualistas, e assim por diante.” (Leher, 2022, p. 15-16, grifos do autor).

Neste mesmo sentido, é atual e adequada a metáfora usada por Dejours e Bègue (2010, p. 34) sobre “o privilégio concedido à gestão” nas transformações das condições do trabalho, consolidadas nos anos 1990 e aperfeiçoadas daí em diante. Segundo eles, esse processo caracteriza-se como um cavalo de Troia. “Os novos métodos de gestão serão introduzidos na cidadela do trabalho para extirpar o sistema de valores a ele associado.” Esses autores alertam que “o ‘cavalo da gestão’ é, a exemplo do cavalo de Tróia, oferecido como se fosse um presente. A produção de valor não teria mais sua origem no trabalho, mas nos novos métodos de gestão.” (Dejours; Bègue, 2010, p. 35, grifo do autor). Explicam, ainda, que “para entender os estragos causados pela reviravolta da gestão, é necessário recorrer à psicodinâmica do reconhecimento do trabalho” (Dejours; Bègue, 2010, p. 38).

¹ Utilizamos o termo reforma, ao longo do texto, como expressão de uma contrarreforma que impacta o trabalho dos professores, no mesmo sentido utilizado por Nepomuceno (2022) desde o título de sua tese: “A reforma do ensino médio no Brasil: uma contrarreforma trabalhista para o trabalho docente.”

Partindo do princípio de que "trabalhar não é apenas produzir, é também produzir-se a si mesmo", os mesmos autores afirmam que “a psicodinâmica do reconhecimento é capaz de transformar o sofrimento no trabalho em prazer, no sentido do fortalecimento da identidade (...) a armadura da saúde mental.” Mas alertam que “quando este reconhecimento lhe é recusado ou mesmo confiscado, surge o risco da desestabilização da identidade e do prazer experimentado na relação de si a si mesmo, no amor de si [...]. Não há assim neutralidade do trabalho frente à identidade e à saúde mental.” (Dejours; Bègue, 2010, p. 41).

Entretanto, mesmo no atual contexto de ‘confisco’ do sentido do trabalho docente, onde o isolamento e o silêncio tendem a se instalar, afetando especialmente a saúde mental, concordamos com Dejours e Bègue (2010, p. 56) sobre uma real possibilidade de mudança desse cenário, desde que “assentada na confiança da força do pensamento de elaboração dos próprios trabalhadores para conduzirem a transformação da organização do trabalho e a recomposição do viver-junto.” E mais, “para poder pensar e reelaborar a experiência do trabalho vivo, é necessário passar, inevitavelmente, pela palavra. Pois falar a alguém que escuta é, e continuará sendo sempre, a maneira mais vigorosa de catalisar o pensamento”.

Neste contexto, expressões como trabalho docente, saúde, mal-estar e adoecimento encontram-se ao longo do texto, seja nas suas referências teóricas, seja na abordagem de dados decorrentes, sobretudo, de uma Enquete² online, realizada entre setembro de 2024 e junho de 2025, vinculada à pesquisa³ “Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Estado do Rio de Janeiro” (Lamosa; Costa, 2024). Essa pesquisa é realizada pelo Laboratório de Investigação, Estado, Poder e Educação (LIEPE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), e sediada na mesma universidade.

Mais especificamente, o presente texto vincula-se ao Núcleo Sul Fluminense dessa mesma pesquisa, coordenado pela professora Rosilda Benácchio, também autora desse trabalho, no Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o SEPE/Angra-Paraty. Neste sentido, utilizamos os dados da Enquete (2025), referentes à cidade de Angra dos Reis, relacionados a uma reforma gerencialista do sistema público da mesma cidade, no período entre 2021 e 2024. Ou seja, o texto se propõe a uma análise crítica inicial sobre o impacto dessa reforma no trabalho, mas também no “mal-estar” (Esteve, 1999) e na saúde de docentes que atuam em Angra dos Reis.

² O conteúdo das questões da Enquete (2025) encontra-se em: https://drive.google.com/file/d/1Rf3915mx3_nf-sHRrN2PpxhXAOXjmkTZ/view?usp=sharing

³ O projeto que resultou nessa pesquisa, e sua Enquete, foi protocolado na Plataforma Brasil, tendo passado pelo processo do Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CAAE: 83419724.2.0000.0311 - Número do Comprovante: 112837/2024).

A primeira pesquisa sobre a qual se baseia esse texto intitula-se “Impactos da implantação das ‘reformas’ educacionais sobre a gestão, formação e o trabalho docente”, desenvolvida no IEAR/UFF pelo Grupo de Estudos “Trabalho, Práxis e Formação Docente”, certificado no CNPQ e liderado pelo primeiro autor desse trabalho. Nela se investigam as principais determinações das reformas da Educação Básica na atual fase de sua implementação, sobretudo no Rio de Janeiro, e seus impactos sobre a formação e o trabalho docente. Seus resultados indicam o aprofundamento de processos de alienação/estranhamento, expropriação e reconfiguração do trabalho docente, impactados por reformas curriculares, desde os anos de 1990, cuja culminância e síntese se expressam na implantação da reforma do Ensino Médio (EM) ou “Novo” Ensino Médio (NEM) através da Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017a) e de sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (Brasil, 2017b). Sobre tais impactos, Leher (2022, p. 174) afirma, sem rodeios, que “a alienação e a expropriação do trabalho provocam sofrimento laboral”.

Os “estragos” desse processo pautado na flexibilização curricular das aprendizagens, de interesse empresarial/capitalista, e na lógica gerencialista da gestão educacional mostraram-se fortemente contraditórios, sobretudo, após a sua implementação caótica, em 2022, o que resultou no movimento “Revoga NEM”. Esse movimento aglutinou, nacionalmente, entidades sindicais e estudantis e movimentos sociais como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O ‘Revoga NEM’ expôs e tensionou tais contradições, sobretudo em 2022 e 2023, culminando com a apresentação do PL 2601/2023, um Projeto de Lei propondo a revogação do NEM, o que levou o governo federal, inicialmente reativo, a alterar essa reforma, a promulgar a Lei 14.945/2024 (Brasil, 2024), o “novo” NEM.

Os limites do texto não nos permitem descrever e/ou analisar detalhadamente tais reformas e processos de resistência, mas salientamos que a “nova” Lei revogou apenas parcialmente o NEM. Embora tenha restabelecido a formação geral básica para uma carga horária mínima de 2.400 horas, reduzindo substancialmente a parte flexível do currículo, o “novo” NEM não mudou a essência do NEM e não alterou a BNCC. Mantendo a flexibilização curricular (redução dos conteúdos escolares à centralidade das competências), mutila o sentido ontológico do trabalho, não apenas no currículo, mas no próprio trabalho docente, retirando deste a perspectiva humano-histórica, tornando-o trabalho estranhado.

Portanto, consideramos que o NEM e a BNCC formam uma totalidade que condensa os principais fundamentos das reformas neoliberais, desde 1990, impactando o trabalho e a saúde docente. Entretanto, faz-se necessário esclarecer que a chamada reforma do EM, associada à sua

BNCC, não impacta apenas o Ensino Médio, mas toda a Educação Básica e o Ensino Superior, na formação de professores, percepção que transformou o “Revoga NEM” num movimento de contestação de toda a Educação Pública brasileira. É com esta compreensão que o presente texto aborda o impacto dessas reformas, sobretudo no ensino fundamental de Angra dos Reis.

Compreendemos o princípio da flexibilização das aprendizagens que norteia tais reformas, conforme definido por Kuenzer (2017, p. 338), “como uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica continua sendo a distribuição desigual do conhecimento, porém com uma forma diferenciada”. Segundo a autora, “é necessário reafirmar que a pedagogia da acumulação flexível, especificamente a flexibilização do ensino médio, responde a demandas da base material do atual regime de acumulação” (Kuenzer, 2017, p. 342), na medida em que “o mercado de trabalho passa a reger-se pela lógica dos arranjos flexíveis de competências diferenciadas” (Kuenzer, 2017, p. 340). A autora esclarece, ainda, que “importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo”, em alusão às competências socioemocionais, “o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, a instabilidade, a fluidez” (Kuenzer, 2017, p. 341).

Nesta breve descrição e análise acerca das referidas reformas, sobressaem-se duas implicações que fundamentam, a nosso ver, a alienação e a expropriação da atividade docente. Por um lado, as reformas, sob orientação, sobretudo, político-econômica, reduzem a educação a aprendizagens flexíveis, preterindo o ensino e, portanto, a importância do professor; por outro lado, em perfeita sintonia com o primeiro destaque, as reformas buscam reduzir as disciplinas escolares e consolidar a centralidade das competências que passam a subordinar os conteúdos produzidos historicamente, e, portanto, o próprio trabalho docente.

Entendemos que esses dois fundamentos, aliados ao processo de gestão gerencialista que caracteriza a implementação dessas reformas, expressam “a tragédia do professor da Educação Básica pública quanto à formação e ao trabalho”, isto é: “o professor reconvertido; desqualificado; responsabilizado; “eadeizado”” (Evangelista, 2016, p. 1, grifo da autora).

Neste sentido, esta primeira pesquisa desvela a principal estratégia, utilizada e aperfeiçoada por diferentes governos, desde os anos de 1990, para implementar, no “chão da escola”, as reformas curriculares neoliberais, atualizadas pelo NEM e pela BNCC. Trata-se das políticas nacionais e locais de avaliações externas de competências, vinculadas a índices de desempenho e planos de metas que, por sua vez, produzem ranqueamento e responsabilização das escolas e do trabalho docente. Neste processo, considera-se o desempenho do estudante como unidade de medida e o professor como um executor de metas preestabelecidas externamente. Não por acaso, tais políticas foram referendadas tanto no NEM quanto no “novo NEM”, vinculando-se diretamente à implementação da BNCC.

A segunda investigação, intitulada “Trabalho e saúde de professoras e professores no Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro”, é parte da já mencionada pesquisa “Trabalho e Saúde de Professoras e Professores no Estado do Rio de Janeiro” (Lamosa; Costa, 2024), que investiga a relação entre as condições e processos de trabalho (em geral impactados pelas reformas educacionais) e a saúde docente, buscando identificar formas como mal-estar e adoecimento podem estar sendo produzidos, mas também formas de resistência individual e/ou coletiva empreendidas por professoras, professores e seus coletivos organizados em sindicatos e movimentos sociais. (Lamosa; Costa, 2024).

A metodologia dessa pesquisa tem, na presente fase, um caráter qualitativo e exploratório (Minayo 2001), sendo realizada a partir de revisão de literatura; de um balanço das pesquisas realizadas no Brasil sobre a relação entre trabalho e saúde docente; e de uma triangulação de dados: a) o levantamento de informações oficiais relativas à saúde docente nas redes públicas, por meio de pesquisa documental e busca em portais da transparência pública (em curso); b) uma Enquete, online, realizada em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), finalizada em 2025; c) a realização de entrevistas semiestruturadas (Não iniciada) com professoras e professores que declararam essa disponibilidade na referida Enquete (2025).

A Enquete (2025), principal fonte de dados desse trabalho, trata-se de um questionário online, respondido voluntariamente e inspirado na "Pesquisa sobre Saúde e Condições de Trabalho dos (as) Profissionais da Educação Básica Pública", realizada pela CNTE (2017)⁴.

Para o presente texto, utilizamos um total de 1.097 questionários (Maia, 2025, p. 105), respondidos em todo o estado por docentes, pedagogos e gestores de escolas públicas e particulares, dos quais 798 referem-se a todos os municípios respondentes (Maia, 2025, p. 109)⁵ e 72 apenas ao município de Angra dos Reis, principal referência de análise nesse texto.

Este questionário foi estruturado em seis seções: “dados pessoais [13 questões]; dados funcionais e condições de trabalho [63 questões]; remuneração e jornada de trabalho [6 questões]; saúde dos(as) profissionais da educação [11 questões]; participação social [3 questões]; envolvimento com redes sociais e plataformas digitais [7 questões].” (Maia, 2025, p. 105 grifos nossos). Além dessas seções, a Enquete (2025) continha uma opção para os docentes responderem se aceitariam participar de entrevistas posteriores.

Em função dos limites desse trabalho e do grande número de questões do questionário, adotamos a decisão metodológica de selecionar quatro entre os onze itens da seção 4 (saúde dos(as)

⁴ Para saber mais, acesse: <https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/cnte/relatorio-pesquisa-saude-completo.pdf>. Acesso em 23 de set. de 2025.

⁵ Aproveitamos a Dissertação de Maia (2025) sobre a Enquete (2025) para abordarmos, sobretudo, a confluência dos dados de Angra dos Reis com os dados do conjunto de redes municipais, analisados pelo autor.

profissionais da educação) da Enquete (2025), por serem mais diretamente ligados à relação entre trabalho, mal-estar e saúde/adoecimento docente.

As respostas a esses itens encontram-se, na forma de gráficos, ao final do texto, onde apresentamos os resultados referentes à Angra dos Reis, destacando, em cada item, os aspectos mais evidenciados pelos professores. Além disso, indicamos também a confluência desses resultados com os dados do conjunto das redes municipais (cerca de 80% do total considerado), já que as respostas locais se mostraram partes constitutivas da totalidade dialética da pesquisa.

Para efeito de uma visão geral do corpo docente da rede municipal de Angra dos Reis, recorreremos ao Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2024, segundo o qual há 376 professores atuando na Educação Infantil, 489 nos Anos Iniciais, 346 nos Anos Finais e 87 na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dos 72 docentes que trabalham em Angra dos Reis e responderam à Enquete (2025), 42 são do Ensino Fundamental I (EF-I), 17 do Ensino Fundamental II (EF-II) e 10 da Educação Infantil (EI). Apenas três docentes pertencem à rede estadual do Rio de Janeiro. Ou seja, o conjunto dos dados com os quais trabalhamos nesse texto, refere-se, majoritariamente, a docentes da rede municipal de Angra dos Reis (69 respondentes).

Do balanço de pesquisas anteriores, relacionadas diretamente ao trabalho e saúde docente na cidade de Angra dos Reis, encontramos apenas a dissertação de Diniz (2002). Este trabalho foi orientado pela professora Eunice Trein, referência em pesquisa sobre “Trabalho e Educação”, campo de conhecimento fundamentado no mesmo referencial teórico-metodológico desse texto, isto é, o materialismo histórico e dialético. Sob o título “A saúde física e mental das(os) trabalhadoras(es) da educação da rede municipal de Angra dos Reis: uma forma de estranhamento na organização e gestão do trabalho educativo escolar”, Diniz (2002) analisou como o trabalho educativo, sob a lógica do capital, gera adoecimento decorrente da alienação e do estranhamento produzidos sob a organização e a gestão da educação na rede pública de Angra dos Reis, entre 1997 e 2001. Essa pesquisa contribui com o presente texto, sobretudo por meio de sua fundamentação teórica, aliada aos resultados da Enquete (2025) na cidade de Angra dos Reis. Reiteramos que levaremos em conta, neste trabalho, os dados do conjunto das redes municipais, já que convergem com os resultados de Angra dos Reis.

Diante do exposto, adotamos uma dupla hipótese de trabalho. Por um lado, consideramos o mal-estar no trabalho docente como efeito do processo de “alienação” e “estranhamento” dessa atividade, potencialmente humanizadora, desumanizada, assim como o próprio professor. Por outro lado, identificamos na origem desse processo, as contradições das reformas empresariais da educação (Freitas, 2018), cuja síntese encontra-se nos fundamentos da flexibilização e das competências curriculares, estruturantes do NEM e da BNCC. Importante lembrar que, para garantir a implementação de tais fundamentos/reformas, na prática, recorre-se a políticas de gestão gerencialista

que, mediante avaliações (de competências), metas, ranqueamentos e responsabilização externas, forçam a implementação das reformas demandadas pela acumulação flexível do capital. (Kuenzer, 2017).

A partir dessas considerações iniciais sobre o contexto amplo, complexo e contraditório de uma investigação centrada no trabalho docente com fortes indícios de mal-estar/adoecimento encontrados na Enquete (2025), privilegiamos o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, em especial as categorias totalidade e contradição, alienação e estranhamento, para desvelar as aparências e clarificar a essência das ideias e valores do projeto capitalista neoliberal subjacente e norteador desse processo.

Para desenvolver esse trabalho, de acordo com a sua questão, objetivos e hipóteses, adotamos como principais referências os seguintes autores: Antunes (2018), Barata-Moura (2015), Dejours; Bègue (2010), Esteve (1999), Evangelista (2012a, 2012b, 2016), Kosik (1969), Kuenzer (2017), Leher (2022), Martins (2006), Marx (2011), Miranda (2017), Ramos (2011) e Santos (2023).

Além desta introdução, o texto busca discutir o impacto da flexibilização curricular e do gerencialismo na origem do mal-estar docente; desenvolver as categorias alienação e estranhamento como efeito do processo de subsunção do trabalho docente ao capital; apresentar aspectos teórico-metodológicos que guiam o desenvolvimento do trabalho; aprofundar o contexto da educação municipal de Angra dos Reis; trazer e analisar dados da Enquete (2025) sobre trabalho e saúde (mal-estar/adoecimento) docente; e, por fim, apresentar as considerações finais.

Flexibilização curricular e gerencialismo na origem do mal-estar docente

Para discutir a relação entre trabalho e mal-estar docente, apresentamos, a seguir, os dados de outras duas importantes pesquisas: a investigação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) intitulada “Novo Ensino Médio: Pesquisa Nacional sobre a implementação da Reforma do Ensino Médio” (Unesco, 2024); e a pesquisa do Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) - FAE/UFMG - realizada em 2010 acerca do “Trabalho docente na educação básica no Brasil”. No primeiro caso, nos interessa o nível de insatisfação docente e estudantil sobre a implementação do NEM, claramente indicado nessa pesquisa. No segundo, evidenciamos a percepção docente acerca da coerção e do constrangimento relacionados às políticas de flexibilização curricular, avaliações externas de competências e responsabilização.

Segundo a pesquisa da UNESCO, 76% dos docentes, 66% dos gestores e 55% dos estudantes brasileiros se disseram “insatisfeitos” com as mudanças promovidas pelo Novo Ensino Médio.

(UNESCO, 2024, p. 3). Esse percentual ultrapassa 80% dos docentes e chega a 70% dos gestores, no caso da região Nordeste.

Quanto à percepção dos(as) docentes sobre a qualidade de sua formação para implementar a formação geral básica (BNCC), 59% dizem ser inadequada e apenas 33% consideram adequada. (UNESCO, 2024, p.9). Quando se refere à qualidade da formação para implementar a flexibilização dos itinerários formativos, 64% dos docentes dizem que foi inadequada e apenas 23% acharam adequada. (UNESCO, 2024, p.10).

Analisando o NEM na sua totalidade dialética, reafirmamos que duas outras políticas são vitais na organização e implementação da lógica curricular flexível.

Referimo-nos, em primeiro lugar, à BNCC que apenas em sua terceira versão, definida no governo Temer, pelo MEC, logrou “ressuscitar” a centralidade curricular da pedagogia das competências (já superada nas versões anteriores, elaboradas a partir de contribuições diversas no governo Dilma), sobretudo quanto aos aspectos socioemocionais.

Em segundo lugar, destacamos as avaliações (de competências) em larga escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), política que proporciona, através do seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), regular (induzir e controlar), ranquear e responsabilizar escolas e professores pelos resultados dessa avaliação, induzindo-os à adoção do currículo por competências da BNCC. Essa política consolida a inversão do Estado provedor (de educação para todos) para o atual Estado avaliador/educador que, além de indutor da BNCC, ao contrário de prover, avalia e responsabiliza (todos pela educação).

A propósito do impacto desses testes externos, encontramos o trabalho intitulado “O SAEB como instrumento regulatório do Trabalho Docente: A experiência da rede municipal de ensino de Duque de Caxias/RJ”, onde os autores identificam “o consentimento ativo e passivo dos docentes e gestores às ações (...) para aumentar o desempenho das unidades escolares medido pelo IDEB, o que corrobora a manutenção e ampliação da hegemonia da perspectiva neoliberal de gestão pública da educação.” (Gmach; Souza, 2025, p. 1). Esta pesquisa nos mostra, como veremos, um contexto idêntico ao que encontramos em Angra dos Reis.

Ramos (2011, p. 65) nos ajuda a desvelar os interesses ideológicos e político-econômicos que demandam a centralidade das competências, explicando que: “a competência, inicialmente um aspecto de diferenciação individual, é tomada como fator econômico e se reverte em benefício do consenso social, envolvendo todos os trabalhadores supostamente numa única classe: a capitalista.” Neste sentido, forma-se um consenso em torno do “capitalismo como o único modo de produção capaz de manter o equilíbrio e a justiça social. Em síntese, a questão da luta de classe é resolvida pelo desenvolvimento e pelo aproveitamento adequado das competências individuais [...]”, ou seja, “a

possibilidade de inclusão social subordina-se à capacidade de adaptação natural às relações contemporâneas”.

Aqui, retomamos a segunda parte da nossa hipótese. As principais reformas e políticas geradoras da perda de sentido, ou mal-estar, do trabalho docente, encontram-se enredadas na origem da alienação do produto dessa atividade, mas principalmente do seu processo, afetando o próprio docente através da expropriação, controle e constrangimento curriculares produzidos pela pressão do ranqueamento e responsabilização através dos resultados das avaliações externas, nacionais e locais, formuladas com base na BNCC. Como salienta Leher (2022, p. 174), “De facto, entre tantos fatores determinantes, a alienação e a expropriação do conhecimento das professoras e dos professores possuem grande relevância para o sentido do trabalho, [...]”.

Para reafirmar o impacto da vinculação, já antiga, das reformas ao SAEB/IDEB, opção neoliberal pelo atual Sistema Nacional de Avaliação em detrimento de um real Sistema Nacional de Educação, recuperamos a pesquisa⁶ do GESTRADO de 2010, sob a coordenação geral das professoras Dalila Andrade Oliveira e Lívia Maria Fraga Vieira, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com dados que indicam o constrangimento docente diante da alienação/estranhamento de suas atividades, o que tende a ser potencializado nas reformas atuais.

Segundo essa pesquisa, 92,5% dos professores concordam “que o trabalho dos professores deve ser avaliado” (Oliveira; Vieira, 2010, p. 59). Entretanto, 80% “têm se sentido constrangidos a mudar sua forma de trabalho em razão dos resultados dos exames de avaliação”; 71% “estão se sentindo forçados a dominar novas práticas, novos saberes, novas competências, novas funções e responsabilidades”; e 50% afirmam que o “principal responsável pela cobrança do trabalho dos sujeitos docentes” são eles mesmos. (Oliveira; Vieira, 2010, p. 69-70).

Esses dados indicam que a cultura de avaliações externas, indutora do currículo oficial por competências, tem produzido mal-estar entre docentes, fato demonstrado pelo constrangimento e coerção mencionados pela grande maioria, já que apenas 20% dos professores “se consideram responsável pela classificação de sua unidade educacional nas avaliações realizadas pelos governos federal, estadual [...]”, e somente 19% “observa transformações e repercussões das políticas educacionais sobre o seu trabalho” (OLIVEIRA; VIEIRA, 2010, p. 69), embora a metade permaneça se cobrando/assumindo como principais responsáveis por esse trabalho “estranhado”.

Salientamos que os resultados extraídos da Enquete (2025), usados nesse texto, coincidem, em grande medida, com os dados sobre o mal-estar da pesquisa Gestrado (2010).

⁶ Pesquisa Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil, realizada em 2009 e 2010, pelo Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/FAE/UFMG). Na pesquisa, foram entrevistados 6.684 professores de escolas urbanas da Educação Básica de sete estados brasileiros: Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

A partir dessas considerações, podemos concluir que o impacto do conjunto das políticas aqui consideradas, no trabalho educativo, tanto pela flexibilização dos conteúdos escolares (redução e subordinação às competências da BNCC), quanto pela forma gerencialista de sua implementação, traduzida por controle, ranqueamento e responsabilização por meio de resultados de avaliações de competências em larga escala, implica, em grande parte dos professores, alienação, estranhamento e, obviamente, mal-estar pelo aviltamento, cada vez maior, dos saberes e da autonomia no exercício dessa atividade fundamental para a formação humana.

Alienação e estranhamento do trabalho docente: efeitos da subsunção ao capital

A seguir, abordamos alguns fundamentos centrais para a inteligibilidade da possível relação de reformas atuais, vinculadas ao NEM e à BNCC, com o trabalho, o mal-estar e o adoecimento docente.

Iniciamos pela própria categoria trabalho, com base na qual Barata-Moura (2015) define a especificidade e o potencial transformador e transgressor do trabalho educativo como atividade do ser na sua figura humana, isto é, formadora da própria humanidade do homem.

O trabalho, pela sua natureza constitutiva, é um processo de *transformação*. *Pro-duz*, porque faz advir [...] *formas* (não necessariamente reificadas na função de «mercadoria») que alteram (fazem assumir uma figura *outra*) um dado estado prévio de elementos disponíveis (...) - tece-se e entretece-se de «negatividade» *formadora*. Opera como *trans-gressão* de uma positividade existencialmente dada [...]. À luz do sentido que esta atitude ex-põe: a *educação* é um *trabalho* do *ser* na sua figura *humana* (Barata-Moura, 2015, p.15).

Em oposição ao potencial transformador do trabalho docente, Leher (2022, p. 160) desvela a estrutura alienante promovida pelas atuais reformas brasileiras emanadas pelo Estado e demandadas pela atual reestruturação produtiva do capital.

É conhecido o facto de que é o Estado que estrutura as relações de trabalho que provocam ou contribuem para a alienação, como o currículo empobrecido pela resignificação do conhecimento como competências, o uso de manuais, livros e sistemas de ensino simplificadores do conhecimento, o uso de descritores de competências que negam o valor da ciência, da cultura da arte e o estabelecimento de metas de desempenho que funcionam como uma camisa de força para as relações pedagógicas, especialmente por ignorarem que o ensino e a aprendizagem sempre estão em relação com o contexto social das escolas e dos seus estudantes.

A contradição presente nessas duas perspectivas antagônicas de educação tem o mal-estar como uma de suas principais consequências. A propósito, vejamos como Esteve (1999) configura o mal-estar docente em seu livro: “O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores”. O autor classifica os possíveis fatores do mal-estar docente em primários e secundários. Os primeiros, “incidem diretamente sobre a ação do professor em sala de aula, gerando tensões associadas a sentimentos e emoções negativas”; os fatores secundários referem-se ao “contexto em que se exerce

a docência.” Neste caso, “a ação dos fatores secundários é indireta, afetando a eficácia docente ao promover uma diminuição da motivação do professor no trabalho, de sua implicação e seu esforço.” Acrescenta que, especialmente quando se acumulam, os dois fatores “influem fundamentalmente sobre a imagem que o professor tem de si mesmo e de seu trabalho profissional, gerando uma crise de identidade que pode chegar, inclusive [...] à autodepreciação do ego.” (Esteve, 1999, p. 27)

Portanto, observa-se uma radical distinção de concepções, isto é, por um lado, a ‘negatividade’ transgressora e transformadora do trabalho docente e, por outro, a negatividade estranhada, imposta pela lógica do capital que, por intermédio das reformas, busca, por meio de coerção e consenso, alienar e reconverter essa atividade em seu favor. Neste sentido, consideramos um processo de subsunção proto-real (Miranda, 2017) ou real (Santos, 2023) do trabalho docente (imaterial) ao capital e, como consequência, o estranhamento das atividades educativas pelos próprios educadores, decorrente da ‘camisa de força’ imposta pela essência do ‘cavalo de troia’ da gestão gerencialista, isto é, avaliações externas e metas de desempenho, ranqueamentos e responsabilização que buscam garantir as reformas com base na BNCC.

Com a ajuda de Santos (2023, p. 297), compreendemos que “a possibilidade de geração do mais-valor relativo a partir do trabalho de professores só se efetiva quando o capital possui meios de subsumir os trabalhadores neste ramo de produção [...]” Para tanto, tais reformas “retiram do trabalhador direto o controle do processo de trabalho, outorgando as qualidades gerais do processo de produção ao capital.” O autor, com o qual concordamos, conclui que, neste caso, “se não há máquinas que realizam a subsunção real da força de trabalho ao processo de produção, as engrenagens do sistema passam a ser os próprios trabalhadores [...]”.

Amparados em Antunes (2018), optamos por considerar como “estranhamento” o termo *Entfremdung*, dada a ênfase, por Marx, em sua dimensão de negatividade. E como alienação, o termo *Entäusserung*, que pode significar também exteriorização e, enquanto tal, parte ineliminável da atividade humana” que produz bens. Concordamos, com Antunes (2018), que a expressão estranhamento enfatiza “a dimensão de negatividade que caracteriza o trabalho assalariado no capitalismo”, mas, sobretudo, que “com a generalização da forma-mercadoria e do trabalho abstrato, temos a efetivação de um momento histórico em que ocorre uma forte aproximação entre o estranhamento e a exteriorização.” Dito de outra forma, “essas categorias são partes do complexo social da alienação.” (Antunes, 2018, p. 125).

Para aprofundar essa categoria, Antunes (2018) nos apresenta quatro dimensões do processo de estranhamento do trabalhador em relação a si e ao seu trabalho, que consideramos presentes, atualmente, no processo de subsunção real do trabalho docente ao capital.

Numa primeira manifestação, em relação à própria natureza humana, o estranhamento do trabalho passa a se efetivar “pela dimensão de negatividade, sentimento de perda e desefetivação, presente no processo de produção capitalista, uma vez que o produto gerado pelo trabalho não pertence ao seu criador”. (Antunes, 2018, p. 110). Esse primeiro momento, “mais visível em seu ser fenomenológico, encobre sua segunda manifestação”: trata-se de um trabalho que, em sua criação, interioriza “o fetichismo da sociedade da mercadoria presente no próprio processo de trabalho”. (Antunes, 2018, p. 111).

Em seguida, Antunes (2018, p. 111, grifos do autor) descreve o terceiro momento desse processo, no qual “o ser social que trabalha – e que deveria estar realizando uma *atividade vital* – se desrealiza e não se reconhece em sua relação entre ‘vida do gênero’ e ‘vida individual’”, o que leva à “*quarta dimensão do complexo social do estranhamento: o ser se estranha em relação ao próprio ser, ele se separa de seu ser genérico*”. (Antunes, 2018, p. 111, grifos do autor).

Neste sentido, Antunes (2018, p. 143) destaca “a progressiva diminuição ou ausência do mínimo de controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho”, o que implica risco real para o desenvolvimento de diferentes formas de adoecimento, entre elas “distúrbios de saúde mental”. Referindo-se ao trabalho docente em meio a práticas gerencialistas presentes nas reformas neoliberais atuais, Leher (2022, p. 15, grifo do autor) reforça “que as formas de regulação e de controle sobre o trabalho penetram na subjetividade dos indivíduos, provocando sofrimento generalizado entre os trabalhadores das escolas, ‘exaustão emocional’ que se expressa, dolorosamente, na vida pessoal e cotidiana de cada trabalhador”.

Fundamentos teórico-metodológicos

Conforme já mencionamos, privilegiamos o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético para enfrentar rigorosamente o desafio de analisar a relação entre saúde (mal-estar/adoecimento) e trabalho docente, considerando para tanto a hipótese da alienação/estranhamento e expropriação do sentido dessa atividade.

Concordamos que trabalhar com políticas e materiais oriundos do aparelho de Estado (educador) e de organizações multilaterais implica considerar que estes “expressam não apenas diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais”. (Evangelista, 2012b, p. 52).

Ainda em acordo com esta autora, buscamos o entendimento da fonte, mas, sobretudo, “dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que – não raro obliteradas no texto – estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história.” (Evangelista, 2012a, p. 57).

Portanto, ao adotar o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, não poderíamos deixar de explicitar as concepções ontológica e epistemológica, aqui adotadas, sobre conhecimento e processos de investigação, considerando, numa perspectiva dialética, algumas categorias centrais de análise, tais como: trabalho, totalidade e contradição.

Neste sentido, Frigotto (2010, p.1) afirma: “É, sobretudo, em Marx que encontramos o sentido de trabalho que vai à raiz do modo como os seres humanos produzem a si mesmos. Trata-se do sentido ontológico de trabalho.”.

Em Kosik (1969, p. 14), concordamos que “o conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa.” Entretanto, ressalta que neste processo “o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa.”.

Sobre concepções de investigação, atentamos ao seguinte alerta: “os modelos qualitativos de pesquisa acabam por preterir a análise da empiria fetichizada que caracteriza a sociedade capitalista.” Isto é, “descentrando suas análises das metanarrativas, os percursos qualitativos aprisionam-se ao empírico, ao imediato, furtando-se ao entendimento essencial dos fundamentos da realidade humana.” (Martins, 2006, p. 9).

Assim, também entendemos que “O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral, movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade.” (Kosik, 1969, p. 30).

Por fim, salientamos que na concepção de história no materialismo histórico e dialético, “a categoria ontológica do trabalho torna-se imprescindível em qualquer estudo que se anuncie na perspectiva da totalidade histórica” (Martins, 2006, p. 12-13). Este é também o nosso pressuposto fundamental quanto ao trabalho docente, mesmo impactado pelas reformas atuais.

Esses fundamentos teórico-metodológicos balizaram o presente texto, nos ajudando a compreender, numa perspectiva de totalidade e contradição, as relações essenciais no fenômeno que se apresenta na relação entre as referidas reformas, o mal-estar e o adoecimento docente, na cidade de Angra dos Reis, a partir dos dados explicitados pela Enquete (2025).

Antes de passarmos aos resultados da Enquete (2025), precisamos contextualizar a presença das reformas nacionais, mencionadas ao longo do texto, na cidade de Angra dos Reis.

O contexto da reforma da educação municipal de Angra dos Reis

Auxiliados por Antunes (2018), Leher (2022) e Ramos (2011), verificamos que as respostas à Enquete (2025) sobre a saúde docente na cidade de Angra dos Reis relacionam-se fortemente à implantação, nesta cidade, da BNCC e de uma política de flexibilização e gestão gerencialista, repetindo a lógica das avaliações externas, índices/metras de desempenho e responsabilização já mencionada sobre as mesmas políticas ao nível nacional.

Não por acaso, a Secretaria de Educação, Juventude e Inovação de Angra dos Reis (SEJIN) implantou a Resolução SEJIN nº 05, de 03 fevereiro de 2022 (Angra dos Reis, 2022a) que Dispõe sobre a matriz curricular das unidades de ensino da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis; o Sistema de Avaliação da Rede Pública Municipal de Angra dos Reis (AVALIAR), através da Resolução SEJIN nº 020, de 26 de julho de 2022 (Angra dos Reis, 2022b); e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Angra dos Reis (IDEAR), pelo Decreto nº 12.990, de 20 de abril de 2023 (Angra dos Reis, 2023). Ou seja, a flexibilização curricular relacionada ao NEM e à BNCC, além de todas as políticas gerencialistas⁷ alinhadas ao SAEB/IDEB.

Neste sentido, a SEJIN assim define os objetivos do IDEAR:

Os indicadores que constituem o IDEAR produzirão dados e parâmetros para aferirem objetivamente, a eficácia, a eficiência, e o padrão de qualidade das unidades de ensino, bem como possibilitará a análise das competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes da rede pública municipal de ensino no percurso de sua trilha e jornada escolar [...] (Angra dos Reis, 2023, p. 8).

Cabe ressaltar que o processo de gestão gerencialista neste município conta com o apoio de duas instituições que vendem, a outros estados e municípios brasileiros, assessorias relacionadas à implementação da reforma empresarial brasileira com base no NEM e na BNCC.

Assim sendo, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi contratado para elaborar, realizar e monitorar resultados de avaliações externas de Língua Portuguesa e Matemática, em sintonia com as competências e habilidades utilizadas nas avaliações do SAEB.

Como se não bastasse expropriar o currículo e a avaliação escolar no ensino Fundamental II, esse processo aliena, ainda, a avaliação docente na/da alfabetização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, substituindo-a por um teste de fluência em leitura. Neste caso, um(a) professor(a) “aplicador(a)” autômato acessa a plataforma digital do CAED e, seguindo suas orientações, grava a leitura de cada criança que, ao final, será classificada, por um programa, em uma das seguintes situações: Pré-leitor, Leitor Iniciante e Leitor Fluente.

⁷ A matriz curricular da rede municipal de Angra dos Reis, assim como o sistema de avaliação AVALIAR e o seu índice de desempenho e “qualidade” IDEAR, repetem a lógica meritocrática e excludente do SAEB/IDEB, com base na BNCC, ressignificando o conhecimento como competências, estabelecendo metas de desempenho e ranqueamentos entre escolas, enquadrando as relações pedagógicas e alienando o trabalho docente.

A outra empresa a que nos referimos é a Falconi Consultoria, com a qual a SEJIN firmou, em 2023, um acordo de cooperação técnica com o objetivo de implementar o Método de Gestão para Resultados na Educação através do ciclo PDCA (sigla em inglês para Planejar, Fazer, Verificar e Agir), para a suposta melhoria dos índices educacionais do município. O criador dessa empresa não poderia sintetizar com palavras mais reveladoras o espírito que move a sua lógica gerencial, salientando que o PDCA “é a alma do Sistema Toyota de Produção.” (Falconi, 2013, p. 40).

Sobre a lógica da flexibilização curricular do NEM, implantada através dos componentes diversificados, alinhados à BNCC (2017), a SEJIN recomenda que o componente “projeto de vida”, principal representante dessa lógica e presente desde o currículo do ensino fundamental I, seja aplicado na escola objetivando o desenvolvimento de habilidades intelectuais, emocionais e sociais. Neste componente, destaca-se, no eixo “Perspectivas de Futuro”, a habilidade “Desenvolver noções de mudança, de resiliência, de criatividade e de improviso para lidar com as adversidades das escolhas realizadas durante as trajetórias de vida”. Esta habilidade é um exemplo claro sobre o papel das competências no processo de individualização e responsabilização do sujeito como único responsável pelas “adversidades das escolhas” por ele realizadas.

Ainda sob a lógica do principal fundamento da BNCC, a SEJIN contratou, também do setor privado, a chamada metodologia MINDLAB, visando o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais dos estudantes da rede pública de Angra dos Reis.

Outra ação semelhante da SEJIN foi a aquisição do material “BANCO+” para o corpo docente e discente, com o objetivo declarado de complementar o currículo local com conteúdos de Educação Financeira e Empreendedorismo, tema transversal e eixo estruturante, respectivamente, da BNCC. Esta atividade é orientada pelo “livro do professor”, com metodologia própria, o que torna a prática docente distante e estranha à sua formação.

Resultados e confluências da Enquete (2025) com foco em Angra dos Reis

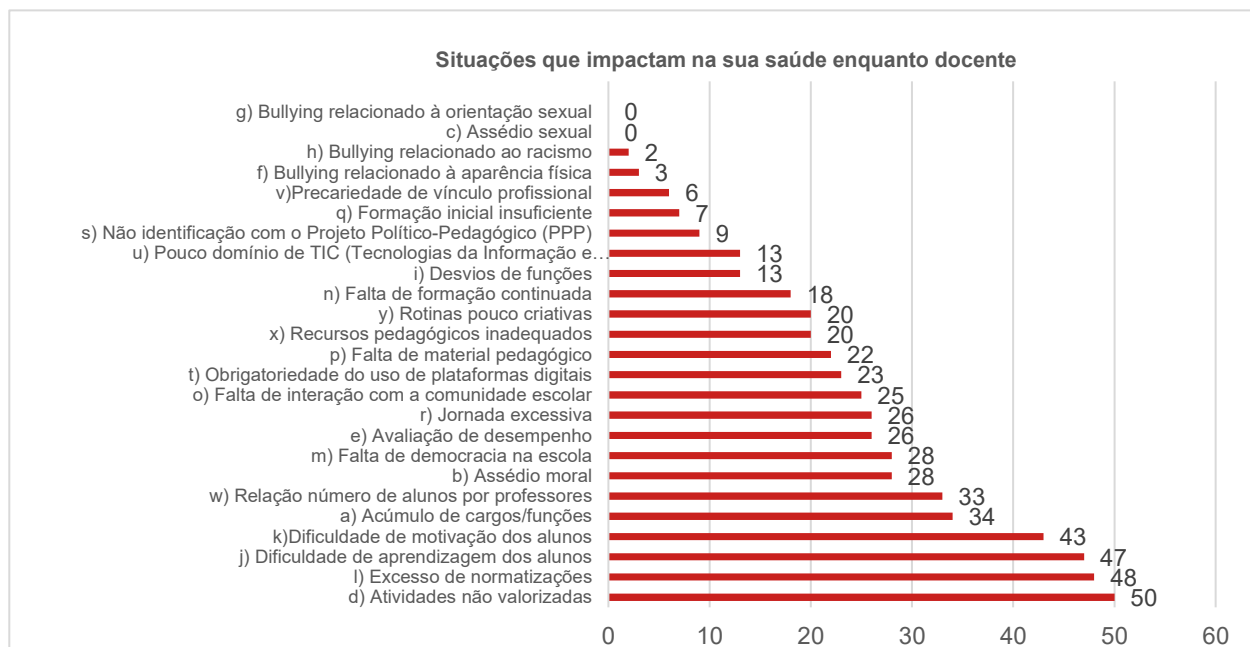
Conforme já descrevemos, trabalhamos com dados de 72 questionários da Enquete (2025) referentes, majoritariamente, a docentes da rede municipal de Angra dos Reis que responderam voluntariamente às seguintes questões da seção 4: 1) Quais situações impactam na sua saúde enquanto docente? (Marque todas as opções que forem aplicáveis). 2) Quais sintomas de mal-estar e/ou adoecimento você tem experimentado ou já experimentou enquanto docente? (Marque todas as opções que forem aplicáveis). 3) Quais doenças ou distúrbios afetam ou já afetaram sua saúde? (Marque todas as opções que forem aplicáveis). 4) Neste momento, você se sente adoecida (o) pelo trabalho?

Em cada um dos quatro itens selecionados, selecionamos as respostas mais frequentes relacionadas, sobretudo, à saúde mental dos docentes. Esses resultados mostram uma importante confluência dos dados de Angra dos Reis (ver gráficos) com os dados do conjunto das redes municipais, participantes da Enquete (2025), que também apresentamos a seguir.

No item 1 - (gráfico 1), no qual cada docente poderia escolher várias respostas entre aquelas propostas pela Enquete (2025), encontramos os seguintes quantitativos: “Atividades não valorizadas” (50), “Excesso de normatizações” (48), “Dificuldade de aprendizagem dos alunos” (47) e “Dificuldade de motivação dos alunos” (43).

Notemos que as respostas a esse mesmo item aparecem entre as mais citadas nos 798 questionários respondidos no total das redes municipais pesquisadas: “atividades não valorizadas” (579), “dificuldade de motivação dos alunos” (548), “dificuldade de aprendizagem dos alunos” (535), e “excesso de normatizações” (417) (Maia, 2025, p. 128).

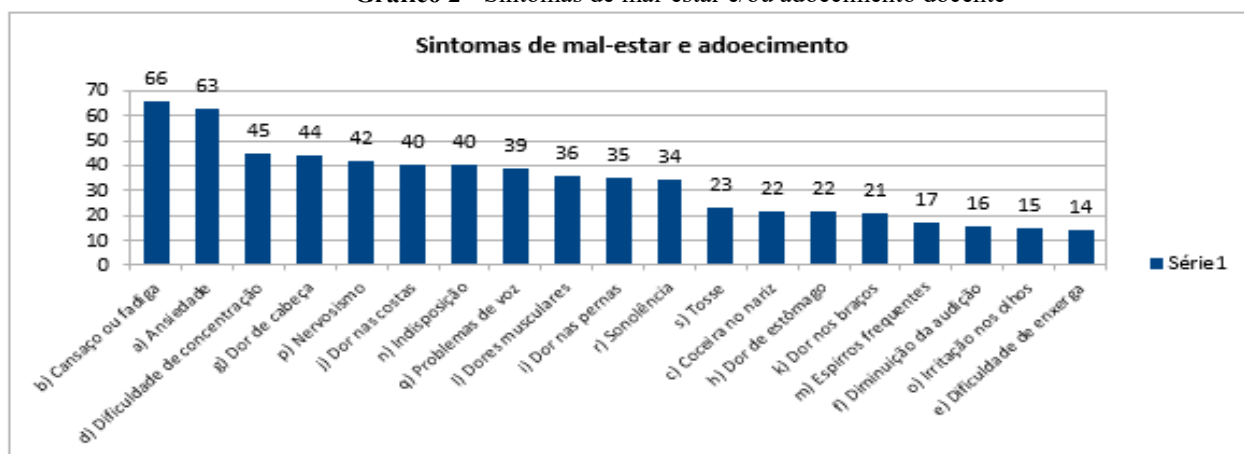
Gráfico 1 - Situações que impactam a saúde docente



Fonte: Enquete Docente, 2025

Corroborando com a alienação “insuportável” do trabalho, ao responder esse item, um(a) educador(a) acrescenta: “agora temos que aplicar a metodologia do MindLab e preparar os pequenos para que atinjam o perfil de saída (pré-escola), [...]”. Outro(a) educador(a) relata: “Infelizmente, o município nos impõe projetos, avaliações externas e obrigações que toham a autonomia do professor e da escola e são muitas vezes desnecessários.” (Enquete, 2025).

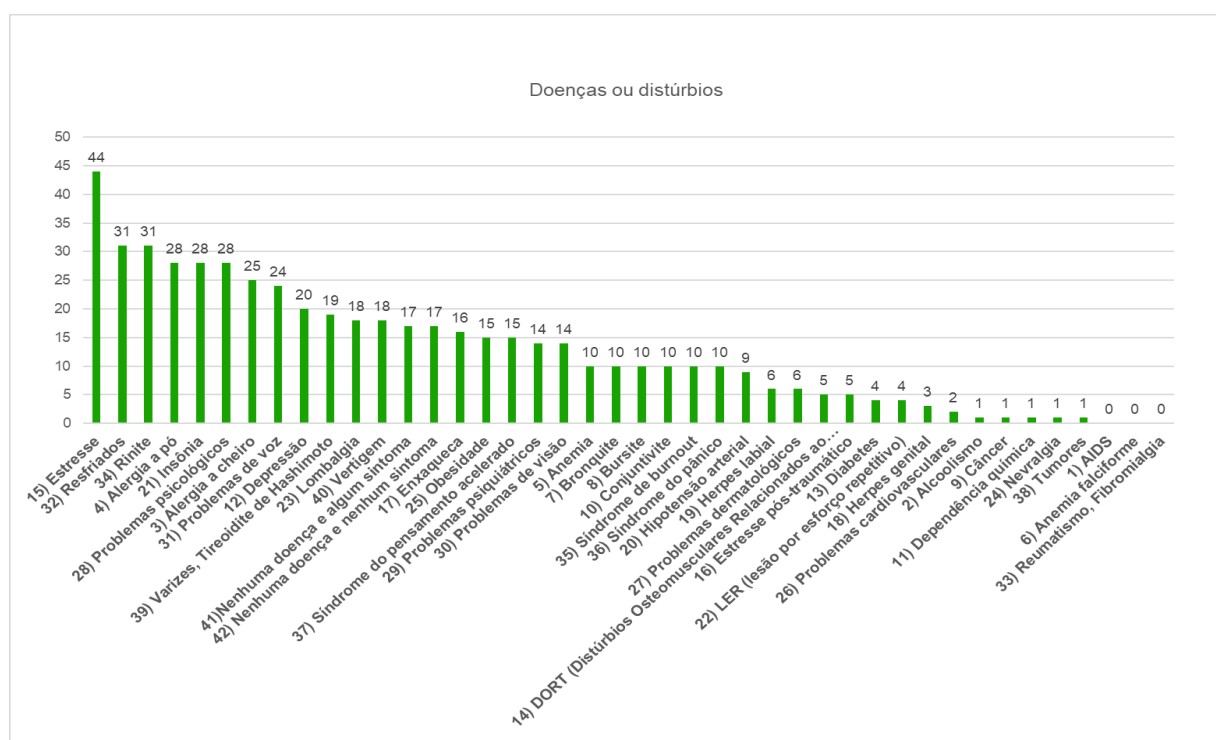
No item 2 - (gráfico 2), aparecem, sobretudo, cansaço ou fadiga, ansiedade, dificuldade de concentração, dor de cabeça, nervosismo, entre outros sintomas.

Gráfico 2 - Sintomas de mal-estar e/ou adoecimento docente

Fonte: Enquete Docente, 2025

Essas respostas também são as mais citadas no universo das redes municipais: mais de 700 docentes responderam cansaço ou fadiga; mais de 600, ansiedade; mais de 500, dor de cabeça; mais de 400, dificuldade de concentração e nervosismo (Maia, 2025, p. 129).

No item 3 - (gráfico 3), destaca-se o estresse seguido de resfriados, alergia a pó, insônia, problemas psicológicos. Entretanto, doenças graves como depressão, problemas psiquiátricos e síndrome de burnout também apresentam incidência significativa.

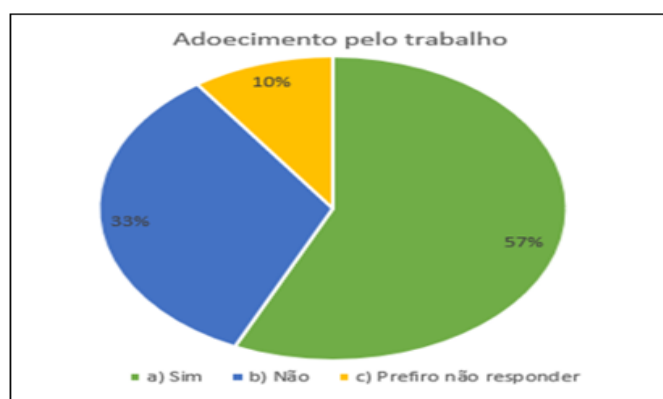
Gráfico 3 - Doenças ou distúrbios que afetam ou já afetaram a saúde

Fonte: Enquete Docente, 2025

Neste item, repete-se a convergência com as redes municipais: destaca-se o estresse (56,6%), depois resfriados (43%), insônia (40%), problemas psicológicos (35%), depressão (34%), problemas psiquiátricos (22%) e síndrome de burnout (19,4) (Maia, 2025, p. 130).

O item 4 – (gráfico 4) apresenta 57% de respostas afirmativas que, somados aos 10% que preferem não responder, significam uma percepção dramática sobre a maioria dos docentes que se sentem adoecidos pelo trabalho em Angra dos Reis.

Gráfico 4 – Adoecimento pelo trabalho



Fonte: Enquete Docente, 2025

Este resultado, em articulação com os itens anteriores, indica a consistência da investigação sobre a relação entre trabalho e saúde docente, e um desafio na abordagem sobre o mal-estar e o adoecimento expressos, de forma contundente, nas respostas aqui destacadas.

Considerações Finais

Este texto se propôs a uma investigação crítica sobre as reformas educacionais atuais em Angra dos Reis que afetam e tornam alienados, estranhados e adoecidos a atividade docente, seus saberes fundamentais e os conteúdos escolares historicamente e culturalmente produzidos.

Para além do fenômeno do mal-estar expresso pelos principais resultados da Enquete (2025) sobre a saúde docente em Angra dos Reis, ou seja, situações impactantes, sintomas de mal-estar e/ou adoecimento, doenças ou distúrbios e, finalmente, a percepção contundente de adoecimento pelo trabalho, uma das considerações mais importantes nesse texto é a confluência desses resultados, a partir de 72 questionários, com os resultados dos 798 (cerca de 80%) questionários referentes ao conjunto das redes municipais que responderam à Enquete (2025).

Salientamos que a importância dessa constatação não se deve a um aprisionamento ao fenômeno, expresso pelo dado empírico, nem tampouco à sua desconsideração, mas ao fato de que são as mesmas as estruturas e contradições das políticas gerencialistas, geradoras de mal-estar, nos municípios e estados, articuladas às reformas educacionais nacionais aqui analisadas. Assim,

apoiados em Kosik (1969), reafirmamos que, sem desconsiderar o referido fenômeno, a compreensão essencial da realidade, a passagem do abstrato à concreticidade, dá-se, dialeticamente, da parte para o todo e do todo para a parte, do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno, da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade.

Chama a atenção que, entre as respostas mais citadas no primeiro item da Enquete (2025), mesmo com a imposição de um currículo flexível e ‘estranho’ aos saberes escolares, encontramos a preocupação com a ‘dificuldade de motivação’ e a ‘dificuldade de aprendizagem dos alunos’, a ponto de serem reconhecidas como situações ou fatores que afetam a saúde docente. Entendemos que a percepção sobre o impacto desses problemas, reais, vincula-se às outras duas respostas mais citadas desse item: o ‘excesso de normatizações’ e as ‘atividades não valorizadas’. Essas situações, em geral relacionadas ao ‘privilegio concedido à gestão’ gerencialista e ao ‘reconhecimento do trabalho’, discutidas em Dejours e Bègue (2010) através da ‘psicodinâmica do reconhecimento do trabalho’, parecem produzir mal-estar e alienação, mas não desistência e, muito menos, a perda da perspectiva do princípio educativo do trabalho docente e da sua natureza ontológica.

Em relação aos outros três itens da Enquete (2025) selecionados para esse texto, registramos que: cansaço ou fadiga, ansiedade, dificuldade de concentração e nervosismo, destacados no segundo item; estresse, insônia e problemas psicológicos, depressão, problemas psiquiátricos, e síndrome de burnout, evidenciados no terceiro item; e, por fim, no quarto item, a percepção dramática e contundente da maioria dos docentes que se sentem adoecidos pelo trabalho, demonstram que os professores se deparam com situações e doenças majoritariamente relacionadas à saúde mental.

Dejours e Bègue (2010) nos auxiliaram muito na elucidação dos resultados desse trabalho ao evidenciarem que ‘trabalhar não é apenas produzir, mas também produzir-se a si mesmo’, isto é, que existe uma relação entre o reconhecimento do trabalho, a identidade e a saúde mental. Neste sentido, compreende-se que a ‘psicodinâmica do reconhecimento’ é capaz de fortalecer a identidade, ‘armadura da saúde mental’, convertendo o sofrimento no trabalho em prazer, mas quando este reconhecimento é confiscado, arrisca-se desestabilizar a identidade e o ‘prazer da relação de si a si mesmo’, adoecendo.

Entretanto, Dejours e Bègue (2010) também nos ajudam a entender que, mesmo no atual contexto de ‘confisco’ do reconhecimento e sentido do trabalho docente, onde o isolamento e o silêncio tendem a se instalar, afetando a identidade e a saúde mental, existe uma real possibilidade de transformação dessa situação, desde que elaborada pelos próprios trabalhadores, objetivando a ‘recomposição do viver-junto’. Não por outra razão, trabalhamos em parceria com o Sindicato, espaço de reflexão e ação coletivas organizado pelos trabalhadores para a defesa dos seus direitos à vida. A conclusão desses autores, convergente com a perspectiva teórico-metodológica desse trabalho, não

poderia ser mais pertinente: para ‘pensar e reelaborar a experiência do trabalho vivo, é necessário passar, inevitavelmente, pela palavra’, a maneira mais consistente de ‘catalisar o pensamento’.

Assim sendo, reafirma-se a importância de seguir na busca pela essência dos fenômenos detectados a partir de Angra dos Reis, por meio das entrevistas semiestruturadas previstas com docentes que delas se dispuseram a participar ao responderem à Enquete (2025).

Salientamos que, além da seleção e análise específicas que usamos nesse trabalho, a Enquete (2025) oferece possibilidades para outros recortes e abordagens, podendo-se cruzar dados e aprofundar questões sobre diferentes redes, modalidades, níveis e etapas de ensino etc.

Finalizamos, seguros de que as duas pesquisas que sustentam esse trabalho, em sintonia com o seu itinerário teórico-metodológico, demonstram as graves contradições produzidas com a implementação das reformas, em tela, cujos interesses político-econômicos e pedagógicos buscamos desvelar nesse texto. Neste sentido, reiteramos o indicativo contundente da Enquete (2025) que, embora não definitivo, revela um contexto insalubre para o trabalho docente, diante das reformas educacionais baseadas no gerencialismo que analisamos em Angra dos Reis, o que, possivelmente, se repete no conjunto dos municípios e, inclusive, no estado como um todo.

Neste sentido, acreditamos que a clarificação dos processos gerencialistas de gestão e avaliação que produzem insatisfação, constrangimento e mal-estar, mas também resistências individuais e coletivas, é uma aliada na denúncia e superação dos reais impactos dessas políticas no trabalho e na saúde docente, assim como na luta mais ampla por uma educação pública de qualidade, referenciada na classe trabalhadora, e, portanto, contra as reformas demandadas, predominantemente, pela atual acumulação flexível do capital.

Referências

ANGRA DOS REIS. **Resolução SEJIN nº 05**, de 03 fevereiro de 2022. Dispõe sobre a matriz curricular das unidades de ensino da rede pública municipal de ensino de angra dos reis e dá outras providências. Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis. Ano XVIII - nº 1444 - 03 de fevereiro de 2022a. Disponível em: https://portal.angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO-1444_de_03-02-2022.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2025.

ANGRA DOS REIS. **Resolução SEJIN nº 020**, de 26 de julho de 2022. Institui o sistema de avaliação da educação – AVALIAR - da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis e dá outras providências. Boletim oficial do município de Angra dos Reis, ano XVIII, nº 1531 de 26 de julho de 2022b. Disponível em: https://angra.rj.gov.br/pmar/assets/files/boletins/BO-1531_de_26-07-2022.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2025.

ANGRA DOS REIS, **Decreto nº 12.990**, de 20 de abril de 2023. Dispõe sobre a criação do índice de desenvolvimento da educação de Angra dos Reis - IDEAR como referencial de qualidade das unidades da rede pública municipal de ensino de Angra dos Reis. Boletim oficial do município de Angra dos Reis, ano XIX nº 1663 de 20 de abril de 2023. Disponível em: https://angra.rj.gov.br/pmar/assets/files/boletins/BO-1663_de_20-04-2023.pdf. Acesso em: 05 de jan. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

BARATA-MOURA, J. **O Trabalho da Educação**. Revista **Trabalho Necessário**. Niterói, Ano 13, n. 20/2015, p. 5-21. Disponível em <www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso: em 10 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília DF, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art3. Acesso em: 6 out. 2024.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Diário Oficial da União: Brasília: MEC/CEF, 2017b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm. Acesso em: 7 nov. 2024.

ESTEVE, José Manuel. **Mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Caxias do Sul: EDUSC, 1999.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: ARAÚJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012a. v. 1. p. 52-71.

EVANGELISTA, Olinda. Políticas Públicas Educacionais Contemporâneas, formação Docente e Impactos na Escola. In: **XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP**, Campinas, 2012b. Disponível em: http://sintrasem.org.br/sites/default/files/texto_olinda.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

EVANGELISTA, Olinda. **Faces da tragédia docente no Brasil**. In: XI Seminario Internacional de la Red Estrado – ISSN 2219-6854 **Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización**. Universidade Pedagógica Nacional. Cidade do México, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em <https://gestrado.net.br/trabalho/>. Acesso em 22/10/2025.

GMACH, Viviane; SOUZA, José dos Santos. **O saeb como instrumento regulatório do trabalho docente: a experiência da rede municipal de ensino de duque de caxias/rj**. **Revista ComCiência - Multidisciplinar**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e10142515, 2025. DOI: 10.36112/issn2595-1890.e10142515. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/comciencia/article/view/22358>. Acesso em: 08 mar. 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível**. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2024.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz; COSTA, Regis Eduardo Coelho Argüelles. **Trabalho e saúde de professoras e professores da Educação Básica no Rio de Janeiro**. [Pesquisa/Enquete Docente] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, (IM/LIEPE), Nova Iguaçu, 2024.

LEHER, Roberto. **Apresentação: Inquérito sobre trabalho docente, neoliberalismo educacional e 'exaustão emocional'** Um contributo coletivo para o futuro da educação pública. In: VARELA, Raquel. DELA

SANTA, Roberto. LEHER, Roberto. SILVEIRA, Henrique. ROLO, Duarte. **Do Entusiasmo ao Burnout? A Situação Social e Laboral nos professores em Portugal hoje**. Inquérito Nacional às Condições de Vida e Trabalho na Educação (INCVTE). 1 ed. Ribeirão - V.N. Famalicão: Edições Humus, 2022, p. 13-19.

MAIA, Eber Martins. **Trabalho e Saúde docente: um estudo de caso na rede pública municipal de Nova Iguaçu**. **Orientador: Rodrigo Lamosa**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, (IM/LIEPE), Nova Iguaçu, 2025.

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEPOMUCENO, Vera Lúcia da Costa. **A reforma do ensino médio no Brasil: uma contrarreforma trabalhista para o trabalho docente**. **Orientadora: Eveline Bertino Algebaile**. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **O Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil: sinopse do survey nacional**. Belo Horizonte: Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG), 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/SinopseSurveyNacional_TDEBB_Gestrado.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

UNESCO. **Pesquisa Nacional sobre a Implementação da Reforma do Ensino Médio Lei 13.415 de 2017: percepções dos gestores, docentes e estudantes de escolas públicas estaduais no Brasil**. 2024. Disponível em: https://articles.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2024/04/1%20BrasilRegioes_final.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.